



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL EM**  
**AGENTE DE PROJETOS SOCIAIS**

Modalidade: Presencial

Betim (MG)  
Fevereiro/2026

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

<b>Reitor:</b>	Rafael Bastos Teixeira
<b>Pró-Reitor de Extensão, Esporte e Cultura:</b>	Carlos Bernardes Rosa Júnior
<b>Diretor do <i>campus</i>:</b>	Reginaldo Vagner Ferreira
<b>Coordenadora do curso:</b>	Ana Carolina Costa dos Anjos
<b>Supervisora de Curso:</b>	Vivian Kelly Andaki Nunes
<b>Orientadora Acadêmica:</b>	Luciana Aparecida Cunha Soares

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL EM  
AGENTE DE PROJETOS SOCIAIS**

**Modalidade Presencial**

Projeto Pedagógico do curso Agente de Projetos Sociais, vinculado à Seção de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - *Campus* Betim.

Betim (MG)  
Fevereiro/2026

## SUMÁRIO

1 DADOS INSTITUCIONAIS.....	3
2 DADOS GERAIS DO CURSO .....	3
3 JUSTIFICATIVA .....	4
4 OBJETIVOS DO CURSO .....	5
5 PÚBLICO-ALVO .....	6
6 PRÉ-REQUISITOS E MECANISMOS DE ACESSO AO CURSO .....	6
7 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	6
8 ESTRUTURA CURRICULAR.....	7
9 PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS .....	7
10 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM .....	8
11 DEFINIÇÃO DOS MÍNIMOS DE FREQUÊNCIA E/OU APROVEITAMENTO DA APRENDIZAGEM EM PERCENTUAL PARA FINS DE APROVAÇÃO/CERTIFICAÇÃO .....	8
12 REGULAMENTO DISCIPLINAR .....	9
13 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DO CURSO .....	9
14 CAMPO DE ATUAÇÃO E PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS .....	9
15 INFRAESTRUTURA FÍSICA E EQUIPAMENTOS.....	10
16 REFERÊNCIAS.....	10
ANEXOS .....	11
ANEXO I – EMENTAS.....	11

## 1 DADOS INSTITUCIONAIS

Razão Social	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG
CNPJ	10.626.896/0008-49
Esfera Administrativa	Federal
Endereço	Rua Itaguaçu, nº 595, Bairro: São Caetano, Betim - MG, IFMG: Campus Betim
E-mail	<a href="mailto:mulheresmil.betim@ifmg.edu.br">mulheresmil.betim@ifmg.edu.br</a>
Site da instituição	<a href="https://www.ifmg.edu.br/betim/">https://www.ifmg.edu.br/betim/</a>
Página digital do Curso	<a href="https://plone.ifmg.edu.br/betim/extensao/mulheres-mil/curso-agente-de-projetos-sociais">https://plone.ifmg.edu.br/betim/extensao/mulheres-mil/curso-agente-de-projetos-sociais</a>

## 2 DADOS GERAIS DO CURSO

Nome do curso	Agente de Projetos Sociais <sup>1</sup>
Área temática (conforme FORPROEXT)	Direitos Humanos e Justiça
Atuação relacionada à seguinte Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5153-10 Agente de ação social
Eixo tecnológico (cursos da educação profissional técnica de nível médio ou da educação profissional tecnológica de nível superior)	Desenvolvimento Educacional e Social
Número de vagas por turma	30 vagas
Periodicidade das aulas	Semanal Data de início: 05/03/2026 Data de término: 03/07/2026
Carga horária	160 h
Modalidade da oferta	(X) Presencial ( ) à distância ( ) Híbrida
Local das aulas	<i>Campus</i> Betim
Coordenador/docentes do curso	Ana Carolina Costa dos Anjos <a href="mailto:carolcdosanjos@gmail.com">carolcdosanjos@gmail.com</a> / <a href="mailto:ana.dosanjos@ifmg.edu.br">ana.dosanjos@ifmg.edu.br</a> Doutora em Sociologia

<sup>1</sup> Formação relacionada ao seguinte curso do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT): “Técnico em Desenvolvimento Comunitário”, do Eixo: Desenvolvimento Educacional e Social.

### 3.JUSTIFICATIVA

O município de Betim é a terceira cidade mais populosa da Região Metropolitana de Belo Horizonte, com 411.846 habitantes (IBGE, 2022). A importância econômica do polo petroquímico e automobilístico na cidade, ocultam dados relevantes sobre a desigualdade social encontrada na cidade.

Em 2021, segundo dados do CadÚnico (mecanismo oficial de solicitação de auxílio de proteção socioassistencial do governo federal), 35,87% da população em idade produtiva<sup>2</sup> de Betim, estavam em situação de pobreza<sup>3</sup>, sem ocupação e classificada como analfabeta funcional<sup>4</sup> e residentes de moradias sem saneamento básico. Neste sentido, realizar investimentos na formação de profissionais capazes de atuar criticamente para poder incidir na melhoria da qualidade de vida dessa expressiva parcela da população em vulnerabilidade social é urgente.

A leitura deste cenário abarca além da demanda do serviço de atenção social já apresentada, a necessidade de formação de mão-de-obra qualificada no território. Segundo o mapa das Organizações da Sociedade Civil, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), até 2024 consta-se que em Betim existem 1.881 entidades privadas e sem fins lucrativos, responsáveis por contratar 6.460 trabalhadores(as) e captar R\$ 2.356.119 em recursos públicos federais para realizar suas ações. Esses números apontam Betim como o município que ocupa a 27º posição nacional de maior quantidade de Organizações da Sociedade Civil (OSCs).

Tais entidades possuem como características comuns: atuação em projetos sociais com aderência de ações aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); trabalho paralelo ou em parceria com o poder público estatal; não terem a geração de lucros como sua finalidade (ou seja, não distribuem excedentes para diretores e proprietários); são legalmente constituídas através de CNPJ; são autoadministradas, com atividade de associação ou de fundação da entidade livremente decidida pelos sócios ou fundadores.

Diante deste cenário, o campus Betim do IFMG por ser uma instituição pública federal de educação cujo princípios de sua criação e legislação que o rege deve buscar o desenvolvimento social, tecnológico e econômico na região, assim ao ofertar este curso, a instituição reafirma sua função social de promover a transformação da realidade por meio do fortalecimento da cidadania e em sintonia com novos arranjos sociais, culturais e produtivos locais.

---

<sup>2</sup> A População em Idade Ativa (PIA) geralmente abrange de 15 a 64 anos (ou 18 a 64), representando a faixa etária legalmente apta a trabalhar.

<sup>3</sup> Segundo IBGE (Bello, 2025), as pessoas que recebem menos de R\$ 694 por mês são classificadas como pobres.

<sup>4</sup> O analfabetismo funcional define indivíduos que, embora saibam ler e escrever, não possuem habilidades para compreender e interpretar textos, realizar operações matemáticas complexas ou aplicar informações no cotidiano, comprometendo sua autonomia e cidadania (Inaf, s/d).

São várias as camadas da população a serem beneficiadas com a disponibilização do curso Agentes de Projetos Sociais e com a atuação dessas profissionais formadas. Principalmente mulheres, que são a maioria entre trabalhadores(as) de OSC's no Brasil, uma vez que representam 65% das ocupantes das vagas (Hopstein; Davidson, 2019). Dentre as explicações para que o gênero feminino ocupe este grau de importância nesse setor de trabalho, constata-se maior interesse na área de cuidado, saúde e atenção social, paralelamente reforçado pela baixa escolaridade que muitas mulheres em vulnerabilidade social alcançam.

Como a escolaridade é um fator determinante das remunerações tanto do setor, quanto de forma geral no mercado de trabalho brasileiro, o curso de Agente de Projetos Sociais busca disponibilizar formação e apontar uma verticalização de carreira.

## **4 OBJETIVOS DO CURSO**

### **4.1 OBJETIVO GERAL**

O Curso de Formação Inicial em Agente de Projetos Sociais tem como objetivo promover a qualificação socioprofissional de mulheres em situação de vulnerabilidade, instrumentalizando-as para a elaboração, captação e gestão de projetos sociais a partir de um letramento racial e de gênero crítico; intentando formar agentes capazes de intervir nas estruturas de poder e na rede socioassistencial, bem como a transformar demandas territoriais em projetos de incidência social que fomentem a autonomia econômica e o fortalecimento da cidadania nos arranjos sociais locais.

### **4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Formar profissionais para atuar com a organização, implantação, implementação e gestão de projetos sociais, conforme as normativas do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil;
- Desenvolver conhecimentos teóricos e práticos para que as egressas possam atuar no processo de organização de segmentos sociais integrantes de comunidades sociais;
- Articular temáticas de educação, cultura, saúde, trabalho e renda;
- Qualificar cidadãs para produzir e difundir conhecimentos tecnológicos que elevem a qualidade dos serviços prestados e a autonomia social.

## 5 PÚBLICO-ALVO

O curso de Agente de Projetos Sociais, na modalidade presencial, é destinado a pessoas que tenham o Ensino Fundamental Completo.

Respeitada a escolaridade mínima, o curso atenderá prioritariamente:

I – Mulheres cisgênero, transgênero e/ou travestis

II – Pertencentes à comunidade quilombola ou indígena;

III – Vítimas de violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral;

IV – Moradoras de locais com infraestrutura deficitária, em vulnerabilidade e risco social;

V – Mulheres racializadas como negras ou indígenas;

VI – Com idade igual ou superior a 16 anos.

1) As beneficiárias (público-alvo) citadas acima caracterizam-se como prioritárias, mas não exclusivas, podendo as vagas que permanecerem disponíveis serem ocupadas por outros públicos, desde que sejam mulheres.

2) As pessoas com deficiência terão direito a atendimento preferencial em relação às demais.

## 6 PRÉ-REQUISITOS E MECANISMOS DE ACESSO AO CURSO

Pré-requisitos para seleção: documento comprobatório de conclusão do ensino fundamental<sup>5</sup> e idade mínima;

Processo seletivo: análise socioeconômica.

## 7 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular está elaborada de forma sequencial, cujo intuito é facilitar o entendimento dos princípios teóricos e práticos para desenvolver a atividade do curso de Agente de Projetos Sociais, totalizando 160 horas, com carga horária semanal de 10 horas. Com aulas nas quintas e sextas-feiras de 19h00-22h00 e aos sábados de 8h00-13h00.

---

<sup>5</sup> Conforme disposto no edital de seleção, o documento pode ser uma autodeclaração.

## 8 ESTRUTURA CURRICULAR

<b>Componente curricular</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Procedimentos Avaliativos</b>	<b>Início e termino</b>
Leitura e Produção de Texto	20 Horas	Memorial e Escrita de Si.	05/03 - 14/03
Acesso ao Direito	30 Horas	Mapa de Direitos Violados.	19/03- 10/04
Políticas Sociais, Inclusão e Ativismo	30 Horas	Diagnóstico Socioterritorial.	11/04- 25/04
<b>PALESTRA SOBRE DIREITOS DAS MULHERES</b>			<b>30/04</b>
Mobilização Social/ Interação com a comunidade	30 Horas	Relatório de Redes e OSCs.	02/05- 21/05
Planejamento e gestão de projetos sociais	30 Horas	Projeto e Metodologia MROSC.	22/05- 13/06
Gestão financeira	20 Horas	Planilha e Cadastro Plataformas.	18/06- 27/06

## 9 PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS

Os cursos FIC do Programa Mulheres Mil orientam-se por peculiaridades metodológicas que respondem à complexidade dos contextos de vulnerabilidade das discentes. Assim, os procedimentos de ensino-aprendizagem são fundamentados princípios da dialogicidade, da problematização, da igualdade, do empoderamento e da interseccionalidade<sup>6</sup>. Respeitada a autonomia docente na transposição didática, as metodologias devem priorizar estratégias que assegurem o protagonismo das alunas em suas dimensões intelectuais, procedimentais e atitudinais, tais como:

- Estruturar a transposição didática de forma a articular o registro técnico e a análise reflexiva das atividades, garantindo a unidade entre teoria e prática;
- Problematizar os conteúdos curriculares sob a ótica do letramento racial e de gênero, respeitando as subjetividades e os diferentes ritmos de aprendizagem das discentes;
- Contextualizar e valorizar os repertórios prévios e a experiência de vida das alunas, utilizando-os como base para a (re)construção de conhecimentos científicos e tecnológicos aplicados ao território;

<sup>6</sup> Perspectiva teórico-metodológica e prática que compreende que os marcadores sociais da diferença e da desigualdade, como raça, gênero, classe, sexualidade, geolocalização etc., se articulam em sinergia conformando uma matriz de dominação que produz posições específicas de subalternidade (Collins; Bilge, 2020; Crenshaw, 2002; Gonzalez, 2020)

- Elaborar materiais didáticos dialógicos e acessíveis, que subsidiem aulas interativas, atividades grupais e o desenvolvimento de projetos de intervenção social;
- Integrar recursos digitais e ferramentas tecnológicas adequadas ao perfil das cursistas (mulheres em situação de vulnerabilidade, moradoras de regiões metropolitanas e majoritariamente periféricas), visando à inclusão digital e à autonomia;
- Diversificar as estratégias de ensino por meio de metodologias da educação popular, tais como Mapa de vida (ver Guia Mulheres Mil), círculos de cultura, visitas técnicas, seminários, exibição de filmes, conectando a sala de aula aos arranjos culturais e produtivos locais;
- Organizar o espaço pedagógico como um centro de articulação de múltiplas saberes, transformando informações em ferramentas práticas para a solução de situações reais de vida e o fortalecimento da cidadania.

## **10 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

A avaliação da aprendizagem deve ser concebida como um processo contínuo, processual e mediador. No Programa Mulheres Mil, indica-se que a lógica somativa seja superada pela priorização das dimensões formativa e diagnóstica, de modo que as avaliações sejam fundamentadas na centralidade das discentes, privilegiando aspectos qualitativos e funcionando como instrumentos de autoconsciência e (re)planejamento pedagógico. A assiduidade e o aproveitamento devem ser elementos centrais, valorizando o engajamento técnico e a construção de projetos que respondam às realidades vividas no território.

Em consonância com a metodologia do Programa Mulheres Mil, é importante adotar instrumentos diversificados, conforme descrito no item 8, posto que estes possibilitam capturar as dimensões intelectuais, afetivas e políticas da formação. Assim, as avaliações devem busca validar a apropriação de conhecimentos científicos e o fortalecimento da autonomia das cursistas. Os critérios devem estar de acordo com a organização didática do IFMG, assegurando que o processo avaliativo seja um dispositivo de inclusão.

## **11 DEFINIÇÃO DOS MÍNIMOS DE FREQUÊNCIA E/OU APROVEITAMENTO DA APRENDIZAGEM EM PERCENTUAL PARA FINS DE APROVAÇÃO/CERTIFICAÇÃO**

Para fins de certificação, a aprovação exige frequência mínima obrigatória de 75% em cada componente curricular, computada integralmente no registro de progresso das discentes. O aproveitamento da aprendizagem dar-se-á mediante a obtenção de média final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100), observadas as normativas da organização didática do IFMG e os critérios qualitativos do Programa Mulheres Mil.

## **12 REGULAMENTO DISCIPLINAR**

As discentes dos cursos FIC do Programa Mulheres Mil estão submetidas ao Regulamento Disciplinar Discente do IFMG, que estabelece direitos e deveres pautados no respeito, urbanidade e igualdade de condições. É dever das estudantes zelar pela organização pedagógica e pelo patrimônio institucional. Eventuais faltas disciplinares serão apuradas pela Comissão Disciplinar Discente (CDD), assegurando-se o direito ao tratamento digno e à convivência harmônica no ambiente acadêmico.

Destacamos que reincidência em faltas disciplinares, independentemente do curso ou programa de origem no âmbito da instituição, será considerada agravante no processo de apuração da Comissão Disciplinar Discente, podendo resultar em sanções impeditivas de nova certificação, visando garantir a integridade do ambiente pedagógico e a segurança coletiva.

## **13 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DO CURSO**

Concluindo o curso Agente de Projetos Sociais, a aluna estará qualificada para intervir criticamente na realidade social, atuando com autonomia na mediação entre as demandas territoriais e as estruturas de fomento e gestão. O perfil da egressa integra competências técnicas, éticas e políticas, habilitando-a a:

- Identificar necessidades coletivas e convertê-las em projetos sociais estruturados, definindo metas, metodologias e cronogramas viáveis;
- Operacionalizar a captação de recursos, monitorar a execução de atividades e realizar a prestação de contas sob a égide da transparência e do Marco Regulatório das OSCs;
- Atuar em rede junto a instituições governamentais e do Terceiro Setor, fomentando a organização comunitária e o protagonismo dos segmentos sociais;
- Adotar postura profissional pautada no respeito às diversidades, na responsabilidade coletiva e na percepção de si como agente de transformação social e reparação histórica.

## **14 CAMPO DE ATUAÇÃO E PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS**

A profissional estará apta a ingressar no mundo do trabalho em Organizações da Sociedade Civil (OSCs), Associações Comunitárias, Movimentos Sociais e Órgãos de Gestão Pública.

A formação habilita a egressa a ocupar postos de Agente Social, cuja remuneração média de mercado varia entre R\$ 2.374,08 (Nível I) e R\$ 4.084,83 (Nível III), conforme dados do Portal Salário Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), consolidando sua reinserção produtiva e cidadã.

## 15 INFRAESTRUTURA FÍSICA E EQUIPAMENTOS

As instalações disponíveis para o curso deverão conter: salas de aula, biblioteca, laboratório de informática, sala de professores/as, banheiros e cantina.

A biblioteca deverá propiciar condições necessárias para que as educandas dominem a leitura, refletindo-a em sua escrita. Docentes e alunas matriculadas no curso também poderão solicitar, por empréstimo, títulos cadastrados na Biblioteca. Nessa situação, os usuários estarão submetidos às regras do Sistema de Biblioteca do IFMG e devem realizar cadastro munidas de CPF e comprovante de endereço.

## 16 REFERÊNCIAS

BELLO, Luiz. 8,6 milhões de pessoas saíram da pobreza entre 2023 e 2024. **Agência de notícias IBGE**, Rio de Janeiro, 3 dez. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/45344-8-6-milhoes-de-pessoas-sairam-da-pobreza-entre-2023-e-2024>. Acesso em: 24 fev. 2026.

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS. **Agente de Projetos Sociais**. Brasília, s/d, Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <https://caged.maisemprego.mte.gov.br/portalcaged/paginas/home/home.xhtml>. Acesso em: 19 fev. 2026.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Trad. Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

CRENSHAW, K.W. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista para Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, 2002.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Rios, F.; LIMA, M. **Por Feminismo Afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 75-93

HOPSTEIN, G.; DAVIDSON, M. O Trabalho das mulheres nas organizações da sociedade civil no Brasil: desigualdades e paradoxos. **Boletim de Análise Político-Institucional (IPEA)**, nº 20, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/7ea7bb98-2b81-40ad-8fb5-a2661e9dd172>. Acesso em: 19 fev. 2026

IBGE. Cidades e Estados. **Betim**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/betim.html>. Acesso em: 19 fev. 2026.

INDICADOR DE ALFABETISMO FUNCIONAL (INAF). **Alfabetismo Funcional no Brasil**. Disponível em: <https://alfabetismofuncional.org.br/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

IPEA. Mapa das Organizações da Sociedade Civil. **Betim**. Rio de Janeiro: IPEA, 2024. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/>. Acesso em: 19 fev. 2026.

## ANEXOS

## ANEXO I – EMENTAS

LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO		
TEORIA	PRÁTICA	CARGA HORÁRIA
Fundamentação sobre gêneros técnicos	Exercício ‘Escrita de si’ e Mapa da vida	20 horas
<p><b>Ementa:</b> A linguagem como prática social e ferramenta de intervenção. A ‘Escrita de Si’ (Memorial) como dispositivo de reconhecimento de saberes e identidades territoriais. Transposição da oralidade e da memória para a norma padrão e técnica. Gêneros textuais aplicados: o Memorial, o Diagnóstico Comunitário e a Justificativa de Projetos. Convenções básicas de escrita institucional e técnicas de impessoalização e pessoalização discursiva.</p>		
<p><b>Objetivos gerais:</b> Fomentar o uso da linguagem escrita como ferramenta de intervenção política e social, promovendo a articulação entre as trajetórias de vida das cursistas (Escrita de Si) e as exigências técnicas para a elaboração de projetos e relatórios institucionais.</p>		
<p><b>Objetivos específicos:</b> Analisar as legislações vigentes sob a ótica interseccional, identificando mecanismos de enfrentamento às desigualdades estruturais. Instrumentalizar o acesso aos órgãos de garantia de direitos, promovendo estratégias de proteção social e equidade.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <p>BRAKLING, K. L. Trabalhando com artigo de opinião: re-visitando o eu no exercício da (re) significação da palavra do outro. In: ROJO, R. (org.). <b>A prática da linguagem em sala de aula: praticando os PCN’s</b>. Campinas, SP: Mercado de letras, 2000, p.221-247. (Coleção as faces da Linguagem Aplicada).</p> <p>BRANDÃO, T. <b>Texto argumentativo: escrita e cidadania</b>. Pelotas, RS: L. M. P. Rodrigues, 2001.</p> <p>FARACO, C. A. TEZZA, C. <b>Oficina de texto</b>. Petrópolis: Vozes, 2003.</p> <p>LEÃO, Ryane. VALENTE, Tathiana; OLIVEIRA, Luiza Matheus. <b>Ventania de cura: a escrita como instrumento de liberdade</b>. Rio de Janeiro: Serviço Social do Comércio Rio de Janeiro, 2024. (Coleção Laboratório Sesc de Narrativas Femininas).</p> <p>SUBURBANA, Dandara [Carolina Rocha], MATOS, Thaís Magno de Matos; OLIVEIRA, Luiza Matheus. <b>As protagonistas do jogo: negritudes, futebol e escrita</b>. São Gonçalo: Serviço Social do Comércio Rio de Janeiro, 2024.</p>		

<b>ACESSO AO DIREITO</b>		
<b>TEORIA</b>	<b>PRÁTICA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Estudo das matrizes de direito e cidadania	Aplicação em casos do território	30 horas
<p><b>Ementa:</b> Fundamentos do direito sob a ótica da justiça social e democracia participativa. Direitos Humanos e legislações tensionadas pela perspectiva da teoria da interseccionalidade. Instrumentos de garantia de direitos e cidadania como estratégia de enfrentamento às vulnerabilidades e construção de equidades no cotidiano.</p>		
<p><b>Objetivo Geral</b> Fomentar a compreensão do ordenamento jurídico como instrumento de emancipação e defesa de direitos, articulando os fundamentos dos Direitos Humanos à análise interseccional das vulnerabilidades para o fortalecimento da cidadania ativa e do acesso à justiça no cotidiano.</p>		
<p><b>Objetivos específicos:</b> Problematizar as contradições do ordenamento jurídico, identificando barreiras e possibilidades de resistência para grupos subalternizados. Instrumentalizar o acesso aos órgãos de garantia de direitos, promovendo estratégias de proteção social e equidade.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <p>COVRE, Maria de Lourdes M. <b>O que é cidadania</b>. São Paulo, Brasiliense, 2007.</p> <p>DALLARI, Dalmo de Abreu. <b>Direitos humanos e cidadania</b>. São Paulo, 1998.</p> <p>ELIN, Elizabeth; HERSHBERG, Eric. <b>Construindo a democracia: direitos humanos, cidadania e sociedade na América Latina</b>. São Paulo: Edusp, 2006. (Direitos Humanos: v. 1).</p> <p>HUNT, Lynn. <b>A invenção dos direitos humanos: uma história</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.</p> <p>PERROT, Michelle. <b>Minha história das mulheres</b>. São Paulo: Contexto. 2007</p> <p>RODRIGUES, Priscila dos Santos. Entraves à garantia do direito ao acesso à justiça das mulheres sob uma análise interseccional. In: VI ENADIR - Encontro Nacional de Antropologia do Direito, Anais, 6, 2019, São Paulo. <b>Anais [...]</b>. São Paulo: Núcleo de Antropologia do Direito (Nadir), 2019.</p> <p>SANTOS, Gaby Maffei dos; FREITAS, Tiago Silva de. Interseccionalidade e acesso à justiça: mulheres negras e baixa renda em situação de violência doméstica. <b>Revista Direitos Fundamentais e Alteridade</b>, v. 8, n. 1-2, p. 1-14, 2024.</p> <p>SILVA, Maria Roberta da; CARDOSO, Fernando da Silva. Por uma crítica racial e de gênero ao ensino jurídico: mulheres negras, a branquitude e o racismo no direito. <b>Contribuciones a las Ciencias Sociales</b>, n. 17, v. 7, e8442.</p> <p>SOUZA DAVID, Josany Keise <i>et al.</i> A mulher negra, o mercado de trabalho e o acesso a direitos. <b>Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul</b>, v. 1, n. 34, p. 78-96, 2024.</p>		

<b>POLÍTICAS SOCIAIS, INCLUSÃO E ATIVISMO</b>		
<b>TEORIA</b>	<b>PRÁTICA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Estudo das matrizes das políticas públicas (Saúde, Assistência, Educação) e as tensões entre Estado e sociedade civil.	Oficinas de cartografia social e metodologias de diagnóstico participativo no território.	30 horas
<b>Ementa:</b> Trajetória das políticas sociais no Brasil e o papel do Terceiro Setor. Inclusão produtiva e cidadania sob o prisma da interseccionalidade. Metodologias de ativismo e mobilização comunitária. O Diagnóstico Socioterritorial como ferramenta de gestão: identificação de demandas, potências e redes de proteção locais para a formulação de projetos de intervenção.		
<b>Objetivo Geral</b> Desnaturalizar as desigualdades estruturais mediante o domínio técnico das políticas públicas e sociais, instrumentalizando as discentes para que operem Diagnósticos Socioterritoriais como ferramenta de ação social e proposição de projetos sociais		
<b>Objetivos específicos:</b> Mapear as redes de proteção e vulnerabilidades, utilizando o diagnóstico socioterritorial como alicerce técnico para intervenções sociais; Articular estratégias de mobilização e ativismo, visando o fortalecimento da participação social e a garantia de direitos coletivos.		
<b>Bibliografia Básica:</b>  BIROLI, Flávia. Divisão sexual do trabalho e democracia. <b>Dados</b> , v. 59, n. 3, p. 719-53, 2016.  FREIRE, Paulo. <b>Pedagogia da autonomia</b> . 70 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.  JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. <b>Revista do Serviço Público</b> , v. 56, n. 2, p. 137-160, 2014.  JENSON, Jane. Políticas públicas e investimento social: quais as consequências para a cidadania social das mulheres? <b>Estudos de Sociologia</b> , v. 17, n.32, 2012.  LANZARA, Arnaldo Provasi. Ativismo burocrático, políticas sociais intersetoriais e os desafios da inclusão produtiva no Brasil. <b>Desenvolvimento em Debate</b> , v. 4, n. 2, p. 63-81, 2016.  RICO, Elizabeth Melo <i>et al.</i> (org.). <b>Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate</b> . São Paulo: IEE/Cortez, 2011.  SOUZA DAVID, Josany Keise <i>et al.</i> A mulher negra, o mercado de trabalho e o acesso a direitos. <b>Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul</b> , v. 1, n. 34, p. 78-96, 2024.		

<b>MOBILIZAÇÃO SOCIAL/ INTERAÇÃO COM A COMUNIDADE</b>		
<b>TEORIA</b>	<b>PRÁTICA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Estudo das táticas de mobilização, teorias da ação coletiva e mediação de conflitos comunitários. tensões entre Estado e sociedade civil.	Simulações de assembleias, escuta ativa e técnicas de facilitação de grupos. participativo no território e Relatório de Rede de OSCs.	30 horas
<p><b>Ementa:</b>            Conceitos e táticas de mobilização social e organização popular. A interação comunitária sob a perspectiva da escuta sensível e mediação de conflitos. Estratégias de comunicação e engajamento territorial. Ferramentas de facilitação de grupos e redes. O papel da Agente de Projetos como articuladora de redes de solidariedade e transformação coletiva.</p>		
<p><b>Objetivo Geral</b>            Apresentar e discutir metodologias participativas, habilitando as discentes a articularem redes de mobilização que convertam demandas isoladas em pautas coletivas e projetos de intervenção.</p>		
<p><b>Objetivos específicos:</b>            Empregar técnicas de facilitação e mediação, garantindo processos decisórios democráticos e o fortalecimento de vínculos comunitários;            Arquitetar planos de mobilização e comunicação estratégica, ampliando o alcance das causas sociais e o engajamento territorial.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <p>ALONSO, A. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. <b>Sociologia &amp; Antropologia</b>, v. 2, n. 3, p. 21–41, jun. 2012.</p> <p>BORDENAVE, Juan E. Díaz. <b>O que é Participação?</b> São Paulo: Brasiliense, 1984 (Coleção Primeiros Passos)</p> <p>DALLARI, Dalmo de Abreu. <b>O que é Participação Política.</b> São Paulo: Brasiliense, 1984 (Coleção Primeiros Passos)</p> <p>GOHN, Maria da Glória. Marcos Referenciais Teóricos que têm dado Suporte às Análises dos Movimentos Sociais e Ações Coletivas no Brasil – 1970-2018. <b>Revista da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS)</b>, v. 6, n. 4, 2018.</p> <p>HOLLOWAY, John. <b>Mudar o mundo sem tomar o poder:</b> o significado da revolução hoje. São Paulo: Viramundo, 2003.</p> <p>TATAGIBA, L. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. <b>Política &amp; Sociedade</b> (Online), v. 13, n. 28, set./dez., p. 35-62, 2014.</p> <p>WERNECK, Nisia Maria Duarte <i>et al.</i> <b>Mobilização social:</b> um modo de construir a democracia e a participação. Autêntica Editora, 2004.</p>		

PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PROJETOS SOCIAIS		
TEORIA	PRÁTICA	CARGA HORÁRIA
Estudo da estrutura de projetos (escopo, metas, orçamento) e o Marco Regulatório das OSCs (MROSC).	Oficina de redação técnica: convertendo diagnósticos em planos de trabalho	30 horas
<p><b>Ementa:</b> Discussão sobre os vida de projetos sociais (diagnóstico, planejamento, execução, monitoramento e prestação de contas). Metodologias de planejamento participativo e ferramentas de gestão. O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC): parcerias, termos de fomento e colaboração. Elaboração de planos de trabalho, cronogramas e orçamentos. Monitoramento e avaliação de impactos socioterritoriais.</p>		
<p><b>Objetivo Geral</b> Operacionalizar a elaboração e gestão de projetos sociais sob a égide do MROSC, transformando demandas territoriais em propostas técnicas viáveis para a captação de recursos e execução de políticas públicas.</p>		
<p><b>Objetivos específicos:</b> Estruturar projetos sociais conforme as normas do MROSC, articulando metas, cronogramas e orçamentos; Aplicar ferramentas de monitoramento e avaliação, garantindo a transparência e a mensuração dos impactos sociais gerados pela intervenção.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <p>ARMANI, Domingos. <b>Como elaborar projetos?</b> Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.</p> <p>BOUDENS, Emile Paulo Johannes. <b>Terceiro setor:</b> legislação. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2000.</p> <p>CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS. <b>Legislação sobre o terceiro setor:</b> dispositivos constitucionais, decretos-leis, leis, medidas provisórias e decretos federais sobre sociedade de utilidade pública e organização da sociedade civil de interesse público (Oscip). Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. (Série legislação).</p> <p>GIROTO, Ana Paula S.; ROCHA, Simone Tarifa da; YWATA, Suzana T.; ROMERA, Valderes Maria. Indicadores Sociais: um imperativo no cotidiano dos assistentes sociais atuantes no processo de gestão. <b>Revista Emancipação</b>, v. 3, n.3, 2007.</p> <p>STEPHANOU, Luis; MULLER, Lúcia Helena; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. <b>Guia para a elaboração de projetos sociais.</b> Porto Alegre.:Editora Sinodal e Fundação Luterana de Diaconia, 2003.</p>		

<b>GESTÃO FINANCEIRA</b>		
<b>TEORIA</b>	<b>PRÁTICA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Princípios da gestão pública, legislação fiscal para OSCs e regularidade fiscal.	Oficina de planilhas: conciliação bancária, rubricas orçamentárias e organização de comprovantes.	20 horas
<p><b>Ementa:</b> Princípios da gestão financeira aplicados a projetos sociais e ao MROSC. Planejamento e execução orçamentários: rubricas, remanejamentos e fluxo de caixa. Documentação e regularidade fiscal. Instrumentos de prestação de contas: relatórios de execução financeira, comprovação de gastos, organização e armazenamento de documentos. Operacionalização de planilhas e introdução às plataformas de gestão de parcerias.</p>		
<p><b>Objetivo Geral</b> Desmistificar a gestão orçamentária de projetos sociais, habilitando as discentes a operarem instrumentos financeiros e plataformas de prestação de contas com rigor técnico, transparência e segurança jurídica.</p>		
<p><b>Objetivos específicos:</b> Executar o controle financeiro por meio de planilhas e fluxos, garantindo a correta aplicação dos recursos do projeto; Dominar procedimentos de prestação de contas institucional, evitando irregularidades técnicas e assegurando a sustentabilidade da organização social.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <p>BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. <b>Manual MROSC: do planejamento à prestação de contas: como implementar o marco regulatório das organizações da sociedade civil no Governo Federal</b> Lei 13.019/2014 e Decreto 8.726/2016 /Secretaria-Geral da Presidência da República, Advocacia-Geral da União, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Brasília: Presidência da República, 2025.</p> <p>FRANÇA, José Antonio de (coord.). <b>Manual de procedimentos para o terceiro setor: aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social.</b> Brasília: CFC: FBC: Profis, 2015.</p> <p>MOREIRA, Marco Aurélio Romeiro Alves. A prestação de contas sob o enfoque do novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – Lei 13.019/2014. <b>De Jure</b>, v. 20, n. 36, jan.-jun, p. 17-52, 2021.</p> <p>SILVA PEREIRA, Raquel et al. Especificidades da gestão no terceiro setor. <b>Revista Organizações em Contexto</b>, v. 9, n. 18, p. 167-195, 2013.</p> <p>TOZZI, José Alberto. Gestão financeira e orçamentária no Terceiro Setor. <b>Pensamento &amp; Realidade</b>, v. 29, n. 2, p. 19-19, 2014.</p>		